

O SILENCIAMENTO LITERÁRIO DAS MULHERES BRASILEIRAS

*Luciana Santos de Oliveira*¹

*Luciano Amaral Oliveira*²

Resumo: Este artigo trata do silenciamento das vozes femininas na literatura brasileira e tem o objetivo de contribuir para a discussão acerca das causas da falta de espaço enfrentada pelas mulheres no cenário literário brasileiro, além de propor uma ação pedagógica de enfrentamento a essa questão. Inicialmente, apresenta-se o universo literário canônico brasileiro para fornecer evidências do referido silenciamento. Em seguida, defende-se a tese de que a hermenêutica exegética masculina dos textos bíblicos é a principal causa do abafamento das vozes femininas na literatura brasileira.

Palavras-chave: literatura brasileira, silenciamento das vozes femininas, textos bíblicos

Abstract: This article tackles the silencing of feminine voices in Brazilian literature. It aims at contributing to the discussion about the causes of the absence of space faced by women in the Brazilian literary scenario and at proposing a pedagogical action of resisting to that silencing. First, the literary canonic Brazilian universe is presented in order to offer evidences of that silencing. Then, the text defends the thesis that the masculine exegetic hermeneutics of biblical texts is the main cause of the stifling of feminine voices in Brazilian literature.

Keywords: Brazilian literature, silencing of feminine voices, biblical texts

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A criação do Brasil está estreitamente vinculada à literatura. Enviada da Ilha de Vera Cruz informando ao Rei Manuel sobre a viagem intercontinental e sobre a nova colônia, a carta de achamento de Pero Vaz de Caminha deu início às aventuras literárias por estas bandas. Nesses cinco séculos desde a produção epistolar caminhense, muito se escreveu e muito ainda se escreve no nosso país. Na literatura brasileira, muitos autores conquistaram espaço de destaque, mas pouquíssimas autoras mal conquistaram um espaço sequer, quanto mais um espaço de destaque.

Por que o cenário literário brasileiro tem sido historicamente tão desfavorável às mulheres escritoras? Será que sempre houve poucas mulheres interessadas no ofício do verso? Será que os homens têm mais capacidade literária do que as mulheres?

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestranda em Literatura e Diversidade Cultural na UEFS. E-mail: lu.s.o.2@hotmail.com

² Bacharel em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Letras pela UFBA, doutor em Letras pela UFBA, professor adjunto de língua portuguesa na UFBA. E-mail: lucianoamaral64@yahoo.com

Neste artigo, oferecemos um enfático “não” às duas últimas perguntas, e evidências para esse “não”, e uma resposta à primeira. Para construirmos as respostas, faremos uma análise do quadro literário oficialmente apresentado no ensino médio do sistema escolar brasileiro para mapear o espaço nele ocupado pelas mulheres. Em seguida, proporemos uma explicação para o silenciamento das vozes femininas na literatura brasileira durante quatro séculos.

O UNIVERSO (MASCULINO) DA LITERATURA BRASILEIRA

No ensino médio, começa-se a estudar a literatura de forma mais sistemática, ou melhor, começa-se a estudar de forma sistematicamente superficial a história da literatura brasileira. Aos estudantes são apresentados dez movimentos literários, dando-se ênfase às suas características prototípicas e aos autores supostamente mais importantes. O Quadro 1 traz os nomes de autores e autoras geralmente abordados, ou pelo menos mencionados, nas aulas de literatura no ensino médio nas escolas brasileiras.

SÉCULO	MOVIMENTO	AUTORES
XVI	Quinhentismo	José de Anchieta e Pero Vaz de Caminha
XVII	Barroco	Antonio Vieira, Gregório de Matos e Bento Teixeira
XVIII	Arcadismo	Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama e José de Santa Rita Durão
XIX	Romantismo	Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Souza, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Tobias Barreto, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Visconde de Taunay
XIX	Realismo-Naturalismo	Machado de Assis, Raul Pompéia, Aluísio Azevedo e Visconde de Taunay
XIX	Parnasianismo	Olavo Bilac, Raimundo Correa e Alberto de Oliveira
XIX-XX	Simbolismo	Cruz e Souza e Alphonsus de Guimaraens
XX	Pré-modernismo	Monteiro Lobato, Lima Barreto, Euclides da Cunha e Augusto dos Anjos
XX	Modernismo	(primeira geração) Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado, Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Juó Bananére, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Raul Bopp, Ronald de Carvalho, (segunda geração) Augusto Frederico Schmidt, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Mário

		Quintana, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Vinícius de Moraes, Álvaro Lins, Cornélio Pena, Cyro dos Anjos, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Herberto Sales, Jorge Amado, José Américo de Almeida, José Geraldo Vieira, José Lins do Rego, Marques Rebelo, Patrícia Galvão, Rachel de Queiroz, (terceira geração) Antonio Olinto, Ariano Suassuna, Clarice Lispector, Ferreira Gullar, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Mauro Mota e Nelson Rodrigues
XX	Neo-realismo	Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queirós, Jorge Amado, Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles

Quadro 1: Movimentos literários e autores abordados/ mencionados no ensino médio.

O total de autores na lista acima é 77, dos quais 73, i.e., 94,8%, são homens e 4, i.e., 5,2%, são mulheres. Esses números não só explicam a superficialidade inevitável na abordagem histórica feita da literatura em sala de aula, mas também refletem, de forma incontestável, a dominação masculina do universo literário brasileiro. Entretanto, precisamos nos debruçar um pouco mais atentamente sobre esses dados para perceber com mais clareza as suas implicações, pois podemos observar claramente que é apenas no século XX que as mulheres passam a figurar no cenário literário canônico brasileiro com a obra de Raquel de Queirós.

Uma implicação perigosa desse estado de coisas pode ocorrer se dele fizermos uma leitura desprezível, rasa: o risco de acreditar que as mulheres não escreveram nada desde o século XVI até a terceira década do século passado. Contudo, evidências históricas nos ajudam a não correr tal risco.

Há registros de que, no século XVI, uma mulher de origem indígena produziu uma carta que hoje pode ser considerada uma obra de literatura epistolar (RIBEIRO, 2010). Trata-se de Madalena Caramuru, que, em 26 de março de 1561, enviou uma carta ao Bispo de Salvador protestando contra a escravidão infantil. Ora, podemos perguntar: por que a carta de Madalena não é abordada na escola como obra da literatura epistolar quinhentista? Afinal, essa carta tem tanto valor histórico quanto a carta de Caminha por trazer a voz de uma mulher indígena gritando contra a escravidão, uma mulher que teve a coragem de protestar contra um dos fatos mais vergonhosos da nossa história. E isso é muito importante por evidenciar o papel político ativo que uma mulher teve numa sociedade extremamente preconceituosa e repressora como aquela do Brasil quinhentista. Madalena era filha de uma índia

(Moema ou Paraguaçu, pois não há certeza histórica quanto à maternidade) e de Diogo Álvares Correia, imigrante português conhecido como Caramuru. Acredita-se que foi Diogo o responsável pelo letramento de Madalena. Talvez a resposta à pergunta acima seja a seguinte: simplesmente porque a carta foi escrita por uma mulher indígena. Mas, prossigamos.

Se do século XVI restou apenas, e pelo menos, a carta de Madalena Caramuru como testemunha da produção literária da mulher brasileira, nenhuma evidência existe da produção literária feminina no século XVII. Isso não significa, em absoluto, que não tenha havido mulheres escritoras naqueles cem anos – significa, sim, que os historiadores misóginos da literatura brasileira não quiseram saber da existência de tal produção ou, se quiseram, optaram por ignorá-la, o que é mais provável. Conforme nos lembra Zahidé Muzart (MUZART et al., 2000, p. 21), críticos literários questionaram a validade de se resgatar o trabalho literário de mulheres nos séculos anteriores ao XX porque, para eles, aquelas escritoras “escreviam tão mal que seria melhor deixá-las enterradas”. Sobre isso, Cecília Prada (2010) comenta:

[...] foi justamente em nome de uma predefinição de “mediocridade” intelectual e da restrição contínua e violenta à esfera doméstica e às funções definidas como “as únicas dignas” do sexo feminino (casamento e maternidade), que foram afastadas as mulheres do mundo do saber e mantidas ignorantes, analfabetas ou apenas educadas com verniz social, aprendendo um pouco de francês, bordado, etiqueta. E muita religião, é claro.

Essa forma violenta de se excluírem as mulheres do cenário das letras brasileiras não impediu, contudo, que vozes femininas continuassem a encontrar os caminhos do papel, caminhos mapeados graças ao trabalho exaustivo de pesquisadoras como Zahidé Muzart e Eliane Vasconcellos.

No que diz respeito ao século XVIII, Eliane Leitão (2010), por exemplo, nos oferece informações sobre Ângela do Amaral Rangel, que participou, “como membro da Academia dos Seletos, em 30 de janeiro de 1752, das comemorações em homenagem a Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo”, declamando dois sonetos “que lhe fizeram ser lembradas como poetisa”. Já Alfredo Bosi (1994, p. 47) nos informa sobre Teresa Margarida da Silva e Orta, romancista barroca nascida em São Paulo em 1712, mas que não entra no time das escritoras brasileiras porque foi para Portugal ainda criança e

não mais retornou: “A rigor, não pertenceria à nossa literatura apesar de ter sido chamada de ‘precursora do romance brasileiro’”.

Nelly Coelho (2002) comenta sobre mais duas escritoras do século XVIII. Uma delas foi Bárbara Heliadora. Contudo, as informações que Coelho fornece não são nada gratificantes para essas autoras: Heliadora “alcançou fama e perdura na memória brasileira, não pela poesia que escreveu, mas por ter sido esposa do poeta árcade José de Alvarenga Peixoto”. Já a outra escritora, ainda segundo Coelho, foi uma Anônima Ilustre, que escreveu um drama de versos redondilhos.

Se voltarmos ao Quadro 1, perceberemos que nele não consta nenhuma escritora no século XIX. Felizmente, um grupo de pesquisadoras (MUZART et al., 2000, p. 21) já comprovou que houve pelo menos 52 escritoras naquele século. Isso é evidência cabal para o “não” sonoro dado àquelas duas perguntas na Introdução deste artigo.

Como dissemos anteriormente, é apenas a partir do século XX, ou melhor, a partir dos anos trinta, que escritoras começam a fazer parte do elenco canônico dos manuais de literatura brasileira. Além disso, é interessante notar que os livros assinados por mulheres constantes na lista de cânones, quer de prosa, quer de poesia, em sua maioria, procuram trazer temáticas universais. Eles quase sempre seguem as características dominantes da época de seu contexto histórico, permitindo que as vozes de suas autoras fossem diluídas nas vozes masculinas que predominavam, como desde sempre, no cenário literário. Dessa maneira, mesmo em nosso século modernista, o gênero masculino continuou, ainda por algum tempo, como representante e porta-voz do gênero humano.

A literatura feminina, isto é, uma literatura que traz à baila a questão da mulher enquanto um gênero distinto, enquanto um ser marcado por visões e realidades distintas que não cabem no universo generalizado masculino, só começou a emergir no terceiro quarto do século passado.

Foi na década de 1970, curiosamente com o movimento cuja produção ficou conhecida como poesia marginal, que a mulher despontou como marca de diferença irreduzível em relação ao homem. Através da poeta marginal, a literatura de gênero começou a ganhar corpo, moldando o que é uma forte tendência da literatura pós-moderna, como observa Italo Moriconi (2002, p. 138):

Na poesia brasileira do fim do século, o sujeito marcado por gênero é de longe o mais importante nessa multiplicação de marcas. A poesia escrita por mulheres apareceu no cenário com força quantitativa. E o tema principal da poesia recente escrita por mulheres é a condição feminina. Não interessa à poeta mulher falar em nome de um sujeito universal. Ela não quer ser o homem comum. Ela quer ser a mulher. Nem sempre a mulher comum.

Como ainda nos lembra Moriconi (ibid., p. 138), a partir daí surgem muitos nomes importantes da poesia, como Olga Savary, Hilda Hilst, Adélia Prado, Cora Coralina, Ana Cristina Cesar, Maria Ângela Alvim, Helena Kolody, Lélia Coelho Frota, Lupe Cotrim Garaude. Há também Dora Ferreira da Silva, Miriam Fraga e tantas outras. Na prosa dos anos 1980, podemos citar a emblemática Helena Parente Cunha.

Assim, o fim do século XX veio embalando a pós-modernidade e abriu espaço para uma literatura diversificada e sortida pela temática de gênero. Moriconi escolheu como marco dessa literatura feminina, quer dizer, explicitamente feminina, o poema “Com licença poética”, de Adélia Prado, publicado em 1976.

Nele, um eu-lírico feminino fala de sua existência enquanto mulher. Mais que isso, fala de seu nascimento enquanto mulher-poeta. O poema de Adélia é construído como paródia do canônico “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade. Adélia reescreve o texto de Drummond, marcando positivamente o lugar de sua fala em contraste com o discurso negativo do poeta. Vejamos um trecho:

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado para mulher,
esta espécie ainda envergonhada.

[...]

Inauguro linhagens, fundo reinos
dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai até meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição para homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Ao analisar o poema de Adélia, Moriconi (ibid., p. 142-143) comenta que:

Se o poema de Drummond era a certidão de nascimento de um poeta homem que falava por todos, o poema de Adélia registra o nascimento da poeta mulher que não mais permite que falem por ela. O poema declara: homem não pode falar por mulher. Questiona a universalidade do gênero masculino. Por que homem pode ser sinônimo de humanidade? Por que mulher não pode ser sinônimo de humanidade? Vemos aí nascendo a diferença histórica entre o contexto poético modernista dos anos 20 e o contexto poético pós-modernista dos anos 70. O primeiro é dominado pelo ponto de vista masculino. Já no pós-modernismo, afirma-se a pluralidade de gêneros.

Sem dúvida, o poema de Adélia é direto, sem referências embotadas ou disfarçadas. Mas o espaço para as mulheres na literatura brasileira ainda é relativamente muito restrito se o compararmos ao espaço masculino. Mesmo agora, já tendo nossa literatura atravessado a primeira década do século XXI, o espaço literário continua assim demarcado.

Isso indica o efeito do enraizamento profundo de uma cultura calcada na discriminação e no preconceito desde sua formação. Cultura que foi erigida sob a égide do discurso religioso-cristão que historicamente cuidou de institucionalizar e manter a postura misógina da sociedade e da qual hoje tentamos nos livrar com tanta dificuldade. É justamente sobre isso que falaremos a seguir.

A BÍBLIA E O SILENCIAMENTO DAS VOZES DAS MULHERES NA LITERATURA BRASILEIRA

Como todos sabem, o primeiro texto bíblico é o Gênesis, ponto de partida para a grande parte das crenças que historicamente colocaram as mulheres em desvantagem social em relação aos homens. Afinal, é lá que se encontra a razão bíblica para a criação da mulher a partir de uma costela torta do homem: “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele” (Gênesis, 2:18). A mulher foi criada, portanto, com o propósito de ajudar o homem, deixando implícito aí o poder do homem sobre a mulher. Esse poder seria explicitado de forma clara após toda a confusão que a mordida na maçã causa lá no Paraíso, quando Deus, zangado com Eva, profere as seguintes palavras, segundo Moisés: “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (Gênesis, 3:16).

As sociedades patriarcais não perderam a oportunidade de construir um discurso de dominação masculina fundamentando-o em palavras supostamente proferidas por Deus e, como veremos mais tarde, em palavras proferidas por um homem que se proclamava como representante legítimo do pensamento cristão: Paulo de Tarso. Vale lembrar que o discurso é um fenômeno social muito importante, como alerta Norman Fairclough (2008 [2001]), pois ele produz consequências extradiscursivas. E duas consequências extradiscursivas muito sérias do discurso bíblico são a dominação do homem sobre a mulher e a invisibilidade social da mulher.

A mulher é praticamente invisível na Bíblia, tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento. É interessante notarmos, por exemplo, a seguinte passagem do Gênesis (5:1): “Este é o livro das gerações de Adão. No dia em que Deus criou o homem, à semelhança de Deus o fez”. Ora, se acreditarmos que Adão e Eva existiram, teremos que admitir que Eva e suas descendentes foram as mulheres que pariram gerações de pessoas. Contudo, as gerações foram de Adão – nenhuma menção a Eva. E, na sequência (5:2), temos o seguinte versículo: “Homem e mulher os criou; os abençoou e chamou seu nome Adão, no dia em que foram criados”. Não é curioso o fato de Moisés, o suposto narrador do Gênesis, não citar o nome da mulher aí mencionada? A invisibilidade da mulher nos textos bíblicos é a regra geral.

Não por acaso, Leitão (1981, p. 15), ao analisar o sexismo na língua portuguesa, afirma de forma contundente: “A mulher é um ser humano anulado. Na maioria das vezes, sua invisibilidade ocorre nos mais diversos campos”. Tal invisibilidade marca aquilo que está historicamente retratado no cenário literário brasileiro, como vimos na seção anterior.

Contudo, é no Novo Testamento que o silenciamento das vozes femininas é abordado de forma explícita e inequívoca. Na sua primeira epístola aos coríntios, Paulo explicita seu conceito de subordinação da mulher ao homem. Primeiro, ele estabelece uma hierarquia, a qual não é nem um pouco interessante do ponto de vista da mulher: “Mas quero que saibas que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo” (I Coríntios, 11:13). Com base nessa hierarquia, na mesma epístola, Paulo explica por que a mulher deve ser submissa ao homem:

11:7 O homem, pois não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem.

11:8 Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem.

11:9 Porque o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.

Neste último versículo, podemos perceber a presença de um intertexto oriundo do Antigo Testamento: o versículo 18 do segundo capítulo do Gênesis, comentado no primeiro parágrafo desta seção. Esse conceito de subordinação é reforçado por Paulo, ainda na primeira epístola aos coríntios, determinando o silenciamento da mulher:

14:34 As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas; como ordena a lei.

14:35 E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja.

Podemos perceber, a partir desses versículos, que o silenciamento das vozes femininas vai além do espaço aparentemente circunscrito pela palavra “igreja”: a igreja metaforiza a sociedade como um todo. E isso não escapou aos olhos escrutinadores de exegetas feministas do século XIX, como Elizabeth Cady Stanton, Sarah Grimké e Helene Von Mülinen (WACKER, 2008).

A ordem paulina do silêncio da mulher se consolidou nas sociedades patriarcais cristãs de maneira incontestada, evidenciando o alerta de Fairclough (ibid.) quanto aos efeitos extradiscursivos provocados pelos discursos que circulam socialmente plasmados em gêneros textuais diversos. E Paulo buscou ser argumentativamente eficiente no sentido de garantir os efeitos do seu discurso misógino, pois, em sua primeira epístola a Timóteo, ele reforça a subordinação e o silenciamento da mulher ao estabelecer os seus deveres. Vejamos um desses deveres: “A mulher aprenda em silêncio, com toda sujeição” (1 Timóteo, 2:11). Há como ser mais claro e direto do que isso? E mais outro dever: “Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio” (1 Timóteo, 2:12).

O autoritarismo misógino de Paulo é insuperável. Mas, como ele justifica sua posição sexista? Ele usa dois argumentos oriundos do Gênesis. O primeiro é o fato, textual, de Adão ter sido criado antes de Eva: “Porque primeiro foi Adão, depois foi Eva” (1 Timóteo, 2:13). O segundo argumento é a velha mania de se colocar a culpa de todas as coisas erradas na mulher: “E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão” (1 Timóteo, 2:14).

A ideia de que a mulher é secundária em relação ao homem e de que ela deve se subordinar a ele tem sido determinante, ao longo da história patriarcal, para justificar os abusos cometidos contra as mulheres, dentre esses, a sua invisibilidade social, profissional, literária.

Ora, o Brasil é inventado sob o discurso religioso católico trazido pelos representantes da metrópole portuguesa. A carta de Caminha (2010) revela a influência desse discurso ao descrever os índios que avistou quando chegou aqui como “Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” e ao relatar o seguinte episódio: “Viu um deles umas contas de rosário, brancas; fez sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço”. O rosário evidencia a filiação católica dos portugueses integrantes daquela expedição, que foi feita com um patrocínio religioso inconfundível: “Ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho”.

O Brasil começou a ser inventado com rosários, com a bandeira de Cristo e com o Evangelho. E, assim, o discurso patriarcal, misógino, fundamentou a colonização portuguesa por estas terras. Não por acaso, Pero Vaz de Caminha e José de Anchieta, os primeiros escritores brasileiros, quinhentistas, foram homens católicos, sendo um deles, inclusive, padre. Daí em diante, a sociedade patriarcal brasileira levaria o discurso masculino cristão à risca, deixando as mulheres brasileiras de fora do cenário político, profissional e literário, algo que só começaria a mudar, lentamente, no século XX.

Fica, assim, clara a razão do silenciamento das vozes femininas na literatura no Brasil: a influência bíblica nos discursos que têm inventado a sociedade brasileira. O conceito paulino de subordinação e a ordem paulina de silêncio da mulher, respaldados textualmente pelo mito da criação do Antigo Testamento, moldaram as relações sociais no nosso país de uma forma cruel: os índios, por não serem cristãos e não se subordinarem aos brancos católicos, foram torturados e dizimados impiedosamente; a Igreja Católica continua a se intrometer em assuntos civis de um Estado supostamente laico, como aconteceu no caso da liberação das pesquisas com célula tronco e no caso da união civil entre pessoas do mesmo sexo; as mulheres foram forçadas a se calar durante muito tempo, sem direito a votos, sem muitas oportunidades profissionais e sem espaço na literatura (e na arte de um modo geral).

Diante de uma formação histórica que gira em torno do eixo cristão, ou melhor, em torno da cruz cristã, o que há de se fazer? Temos uma proposta pedagógica, a qual nós apresentamos a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode mudar o passado. Mas é possível estabelecer um reconhecimento público para o espaço que as mulheres tiveram e têm na literatura brasileira. Além disso, é possível contribuir para que cada vez mais pessoas se conscientizem de como os discursos religiosos provocam efeitos perniciosos sobre os espaços que as mulheres ocupam e não ocupam nas sociedades fortemente influenciadas por religiões cristãs, que é o caso da sociedade brasileira.

Por isso, nós propomos uma intervenção pedagógica no ensino fundamental e médio. Essa intervenção se daria por duas vias. A primeira via é a inclusão, nos programas das disciplinas língua portuguesa e literatura, de textos de escritoras brasileiras de séculos anteriores ao XX para serem apreciados e discutidos pelos estudantes com a mediação dos professores. Não poderemos tratar aqui dos procedimentos didáticos ou da seleção de materiais para as aulas devido à limitação de espaço, mas podemos dar duas sugestões de textos a serem abordados na escola. Um deles é a carta de Madalena Caramuru, que é um texto muito interessante para mostrar como a voz feminina quis se fazer ser ouvida e como a história sexista a abafou e a deixou de fora dos manuais de literatura. A segunda sugestão, na verdade, não é um texto, mas, sim, um conjunto de textos de escritoras do século XIX, escolhidos pela professora, para serem abordados na sala de aula, analisando-se os temas abordados e a maneira com são abordados.

A segunda via é a inclusão, nos programas das disciplinas língua portuguesa e literatura, do Gênesis e das Epístolas de Paulo para serem analisadas criticamente e desconstruídas na sala de aula para que o sexismo que cala as mulheres em nome de Deus venha à tona. É importante que os estudantes tenham acesso a leituras alternativas, desconstrutivistas, dos textos que fundam crenças e práticas sociais que excluem as mulheres de segmentos sociais e a inferiorizam diante do homem.

Vale lembrar que os textos bíblicos são literários por excelência, fato que só recentemente começou a ser reconhecido e aceito amplamente pelas diversas

comunidades cristãs e acadêmicas. É necessário, pois, dessacralizar os textos bíblicos para que os estudantes possam ler nas suas entrelinhas. Entrelinhas poderosas, diga-se de passagem.

Obviamente, tal proposta não será aceita sem resistência. Afinal, se há a probabilidade de resistência, é por que um processo de hegemonia está em curso. Uma hegemonia masculina, branca e heterossexual que determina o que se incluir e o que se excluir da história oficial brasileira, da literatura oficializada no Brasil pelos programas educacionais.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1995.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 36. ed. rev. São Paulo: Cultrix, 1994.

CAMINHA, Pero Vaz de. A carta. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

COELHO, NELLY. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras**. São Paul: Escrituras, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. reimp. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editor Universidade de Brasília, 2008 [2001]. Título original: Discourse and social change.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MORICONI, Italo. **Como e por que ler: a poesia brasileira no século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva: 2002.

MUZART, Zahidé (org). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

PRADA, Cecília. **Vozes silenciadas: a sofrida participação feminina no mundo das letras**. Revista Problemas Brasileiros, n. 362, mar./abr., 2004. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/>. Acesso em: 10 abr. 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_021.html>. Acesso em: 10 abr. 2010.

WACKER, Marie-Theres. **Fundamentações históricas, hermenêuticas e metodológicas**. In: SCHITTROFF, Luise; SCHROER, Sílvia; WACKER, Marie-Theres. Exegese feminista: resultados de pesquisas bíblicas na perspectiva de mulheres. Tradução Monika Ottermann. São Leopoldo: Sinodal/EST; CEBI; São Paulo: ASTE, 2008. Título original: Feministische Exegese: Forschungsbeiträge zur Bibel aus der Perspektive Von Frauen. p. 11-77.